



ACTA Nº. 4/2017-2021

Sessão Ordinária de 20 de Abril de 2018

Aos vinte dias do mês de Abril do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no salão do Centro Social e Comunitário de Vale Silves, realizou-se a primeira Sessão Ordinária do ano 2018 da Assembleia de Freguesia de Boliqueime, convocada ao abrigo da alínea b), n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 75/2013, de doze de Setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO I Período antes da Ordem do Dia.

PONTO II Ordem do Dia:

- a) Apreciação de informação escrita do Presidente da Junta acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia;
- b) Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2017;
- c) Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais;
- d) Apreciação e votação da primeira revisão Orçamental do ano 2018;
- e) Apreciação e votação do Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro às instituições, entidades e organismos da Freguesia;
- f) Apreciação e votação do Regulamento de Utilização e Cedência de Veículos da Junta de Freguesia;
- g) Apreciação e votação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Freguesia;
- h) Apreciação e votação do Acordo de Execução e Contrato Inter-Administrativo de Delegação de Competências.
- i) Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

PONTO III Período de intervenção e esclarecimentos ao público.

A sessão foi presidida por Henrique Manuel Conceição Eusébio, Presidente da Mesa, Sílvia Duarte Gonçalves, como primeira Secretária, e Dália Sofia de Sousa Marques, como segunda Secretária.

Conforme respectiva "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, participaram na reunião, pelo Partido Socialista (PS) os deputados Fernando Vasco Guia Martins, Margarida Maria Coelho Barreto Sequeira, Ana Paula Neto Coelho Santos, Ricardo Filipe Martins Gonçalves e, pelo Partido Social Democrata (PSD), os deputados Maryna Andrea Duarte Pereira e José Manuel Martins Batista.

A Junta de Freguesia esteve representada pelos membros do seu Executivo, designadamente pelo seu Presidente, Nelson Joaquim Caetano Brazão, e pelo Tesoureiro, Nuno Tiago Sousa Trindade.

Mi
S
S



Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa cumprimentou os presentes tendo declarado aberta a sessão e de imediato dado início aos trabalhos, segundo a ordem apresentada no edital que passou a ler.

PONTO I Período antes da Ordem do Dia.

Considerando a extensão da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa sugeriu aos deputados que apresentassem propostas para determinação da hora limite da duração da sessão, caso se constatasse a impossibilidade de conclusão dos trabalhos durante a reunião que se iniciava, bem como a data em que a mesma deveria ser retomada se assim acontecesse. O deputado Ricardo Gonçalves propôs como limite as vinte e três horas e trinta minutos, proposta que mereceu a concordância da generalidade dos presentes, tendo assim ficado desde logo deliberado. Excepcionalmente e pelo mesmo motivo foi dada também a oportunidade de o público presente utilizar este ponto da ordem de trabalhos para solicitar esclarecimentos e apresentar os assuntos que considerassem relevantes e oportunos. Prosseguiu-se, entretanto, com a leitura da correspondência, que se resumia à Nota de Pesar remetida aos órgãos Municipais e familiares do falecido Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Albufeira, Dr. Carlos Silva e Sousa, lamentavelmente ocorrida no passado dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e dezoito, onde a Freguesia de Boliqueime esteve representada nas cerimónias fúnebres pelo seu Presidente e pela secretária da Assembleia. Neste ponto da ordem de trabalhos procedeu também à leitura e votação da acta relativa à última sessão do mandato anterior, designadamente a respeitante à 2ª sessão ordinária do ano 2017, realizada aos vinte e nove dias mês de Junho daquele ano. Dos membros que constituíam a Assembleia de Freguesia àquela data, encontrava-se presente a deputada Maryna Andrea Duarte Pereira, eleita também no actual mandato, que a votou favoravelmente após leitura efectuada pelo Presidente da Mesa.

De seguida passou-se à leitura da acta n.º 3/2017-2021 relativa à sessão Ordinária de 14 de Dezembro de 2017 que, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Auscultados os membros presentes acerca do seu interesse em apresentar algum assunto ou informação a tratar na sessão, usou da palavra a deputada Maryna Pereira para informar que, em relação ao compromisso de edificação de uma réplica do poço/fonte na rotunda junto ao supermercado ALDI, supostamente prometido pelas Infraestruturas de Portugal ainda no decurso do mandato anterior, recordou-se entretanto que existirá um acordo escrito com aquela empresa, o qual deverá por isso constar em actas do Executivo, que solicitou que seja verificado nos arquivos. Interveio de seguida o deputado Ricardo Gonçalves para referir que se existiu um acordo escrito, esse deveria ter passado também na Assembleia de Freguesia. Da parte do público pediu a palavra o cidadão Sr. Francisco Barradas para esclarecer que a informação de construção de uma réplica da Fonte naquele local foi dada pelo Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Vítor Aleixo.

A cidadã Maria José Gonçalves, pediu a palavra para informar o Executivo e os presentes de que no Cerro e Alcaria é necessário colocar um espelho de trânsito junto ao número de polícia 46B, e que nesse mesmo local existe um mecânico que tem cada vez mais sucata a ocupar a via pública. Questionou também acerca do abastimento de água para esta

C
M
S
D



mesma zona e se haveria alguma possibilidade de intervenção por parte do Executivo com vista à redução de "traços contínuos" ao longo a Estrada Nacional 125.

A deputada Ana Paula Neto Coelho Santos, sobre os transtornos causados pelo mecânico, designadamente ruído e congestionamento do trânsito no local, esclareceu que em tempos já foi feita uma denúncia ao Ministério do Ambiente, Câmara Municipal de Loulé e entidades fiscalizadoras, tendo, nessa altura, o referido mecânico ficado a trabalhar à porta fechada.

Concedida a palavra ao Presidente da Junta, este comprometeu-se a verificar se existem actas do anterior Executivo com referências a algum acordo acerca da réplica na rotunda do ALDI. Quanto ao abastimento de água e esgotos, informou que os residentes na parte norte da EN125 já podem apresentar junto dos serviços municipais o requerimento para ligação do saneamento básico e que o próximo projecto dessa natureza a ser implementado será o do sítio do Ribeiro até S. Faustino.

PONTO II Ordem do Dia:

a) Apreciação de informação escrita do Presidente da Junta acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia;

Lido o documento disponibilizado pelo Presidente da Junta contendo a descrição resumida da actividade desenvolvida pela mesma no primeiro trimestre de 2018, o Presidente da Mesa deu a palavra aos presentes para que sobre o mesmo efectuassem os comentários considerados necessários ou oportunos. Não tendo surgido qualquer questão o próprio Presidente da Junta passou a pormenorizar tendo entre os demais assuntos passado a informar que terminou o "período experimental" do encerramento da Junta de Freguesia ao público às segundas-feiras às dezanove horas. A população não aderiu, a alteração provocou alguma dificuldade no trabalho e as funcionárias também não aceitaram muito bem a proposta. Informou também que o Serviço de Finanças solicitou que as funcionárias das Juntas de Freguesia fizessem uma formação para que, no âmbito do preenchimento das declarações anuais de IRS, ficassem habilitadas a ajudar os cidadãos com dificuldades a cumprir aquela obrigação fiscal. Disse também que a Junta de Freguesia, em parceria com a Associação Lua de Sementes, encontra-se a desenvolver um projecto de um percurso pedonal com inicio nas instalações daquela Associação e retorno ao mesmo local, junto da Ponte de Albufeira, o qual considerou tratar-se de uma obra interessante e também de interesse até turístico. Finalizou referindo-se à já anunciada notícia de aquisição por parte da Câmara Municipal de um novo espaço para as instalações da Junta de Freguesia, que em breve passarão a funcionar na loja do antigo supermercado SPAR e ALISUPER, na Rua João Baptista Ramos Faísca.

b) Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2017;

Na posse da palavra o Presidente do Executivo delegou no tesoureiro Nuno Trindade a responsabilidade de fazer a apresentação dos documentos de prestação de contas, que explicou, designadamente, os fluxos de caixa desde a tomada de posse em vinte de



Outubro de 2017 até final desse ano, referindo-se também ao resumo das contas do anterior executivo até àquela data.

Não havendo quaisquer pedidos de intervenção o Presidente da Assembleia colocou à votação os documentos de prestação de contas do ano de 2017, tendo os referidos documentos sido aprovados por maioria, com uma abstenção por parte do deputado José Manuel Martins Batista da bancada do Partido Social Democrata.

c) Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais;

Neste ponto da ordem de trabalhos o Presidente Nelson Brazão passou a referir que no mapa dos bens patrimoniais apresentado constam todos os bens da Junta de Freguesia, tornando-o demasiado extenso, o que, por isso, para o próximo ano só serão apresentadas as rubricas que apresentem valores acima de cento e cinquenta euros. Não se verificaram questões nem pedidos de esclarecimento relevantes passíveis de registo, tendo-se dado por concluída a apreciação do documento e passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

d) Apreciação e votação da primeira revisão Orçamental do ano 2018;

Tomou a palavra o tesoureiro Nuno Trindade, que passou a explicar que os valores apresentados e a cabimentar no orçamento em execução são os valores transitados em saldo do ano anterior, que têm que integrar o orçamento de 2018. Por outro lado, foi também necessário ajustar o diferencial de valores resultantes da renovação do contrato com os CTT em que houve revisão da verba contratada. O fundo de caixa para funcionamento daqueles serviços era, até então, da Junta de Freguesia e integrava o seu orçamento, o qual, no âmbito da referida revisão contratual, passou a ser disponibilizado pelos CTT. Aproveitou para informar também que o valor pago à Junta de Freguesia pelos CTT é de duzentos e noventa e três euros mensais e que, no global, o resultado da exploração dos CTT em Boliqueime renderá para a Junta de Freguesia, não mais que cerca de 4% da facturação dos serviços prestados e artigos vendidos. Frisou, contudo, que se trata de um serviço necessário e útil à população, sobretudo às camadas mais idosas, de que não podemos abdicar. Ainda no que se refere à revisão orçamental, informou que a cabimentação das verbas a integrar foi, sobretudo, contemplada a rubrica do cemitério, já que é intenção do Executivo dotar neste ano os acessos ao cemitério com automatismos nos portões, que passarão a abrir e a fechar automaticamente e às horas programadas, cuja obra não havia sido considerada no documento previsional de 2018.

Não havendo quaisquer pedidos de intervenção ou esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação a primeira proposta de revisão Orçamental do ano 2018, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções por parte da bancada do PSD. —

e) Apreciação e votação do Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro às instituições, entidades e organismos da Freguesia;

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao executivo, tendo o seu Presidente passado a explicar que são regulamentos necessários, que nunca tinham sido instituídos na Junta

mi
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



de Freguesia de Boliqueime e que são por Lei obrigatórios. A deputada Maryna Pereira, questionou o Executivo sobre se os apoios eram dados directamente ou em parceria ao que o Presidente esclareceu que a Junta de Freguesia adquire e depois faz a entrega à entidade ao requerente. Colocado à votação o Regulamento foi aprovado por unanimidade.

f) Apreciação e votação do Regulamento de Utilização e Cedência de Veículos da Junta de Freguesia;

Usando da palavra a deputada Maryna Pereira questionou o Executivo sobre se as crianças podem ser transportadas nas carrinhas da Junta de Freguesia, considerando não estarem as mesmas adaptadas ao transporte de menores e, designadamente, pela obrigatoriedade de habilitação dos condutores com o CAM (Certificado de Aptidão para Motorista). O deputado José Batista questionou se as carrinhas tinham seguro de ocupantes. O Presidente de Junta de Freguesia não pôde responder com certeza, mas comprometeu-se a verificar o seguro das carrinhas. Submetido à votação o documento foi aprovado por unanimidade.

g) Apreciação e votação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Freguesia;

Tomou a palavra o Tesoureiro Nuno Trindade esclarecendo que este regulamento é bastante exaustivo e complexo, mas que é por Lei obrigatório. A sua implementação, em bom rigor, face ao elevado grau de complexidade técnica, um funcionário em exclusividade não seria suficiente para o pôr em prática. Sem que tivessem surgido pedidos de intervenção ou comentários de relevância maior, o documento foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

h) Apreciação e votação do Acordo de Execução e Contrato Inter-Administrativo de Delegação de Competências;

Neste ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Junta referiu em resumo as obrigações e compromissos assumidos entre as partes na celebração deste Acordo. Disse tratar-se de um contrato entre o Município e a Freguesia em que por ele ficam reguladas a competências delegadas, os apoios financeiros para isso disponibilizados, assim como a sua modalidade, periodicidade e medidas de fiscalização e controlo que garantem as transferências trimestrais dos apoios contratados. Referiu também a disponibilização de apoio técnico através da criação de um gabinete específico nos serviços da Câmara Municipal, onde as freguesias poderão obter apoio necessário ao exercício das funções e processos inerentes às competências delegadas. Analisados na generalidade os pressupostos inerentes ao teor do documento e não tendo surgido pedidos de intervenção de relevância maior, o Presidente da Assembleia colocou o documento à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Handwritten marks in blue ink, including a checkmark, a signature, and a circular stamp.



i) Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

Usou da palavra o deputado Ricardo Gonçalves que felicitou o Executivo pelas novas instalações e pelos novos regulamentos aprovados, assim como o deputado José Batista que questionou o Executivo acerca do ponto de situação do campo de futebol. O Presidente da Assembleia referiu também que existe alguma falta de civismo por parte da população em relação ao despejo do lixo, que por vezes ainda que com contentores vazios ao lado, teima-se em depositar o lixo no chão. Respondendo às questões, o Presidente da Junta referiu que em relação ao campo de futebol, decorrem na Câmara Municipal as negociações com os investidores da equipa de futebol americano. Relativamente à salubridade, em várias zonas da freguesia já foram colocados contentores de 1000 litros e que serão colocados mais se necessário, por isso não há motivos para que tal situação aconteça. Aproveitou também para informar os presentes que no próximo dia vinte de três de Maio, decorrerá no salão do Centro Social e Comunitário de Vale Silves, a sessão relativa à primeira fase do OP (Orçamento Participativo) de 2018/2020, que este ano será no valor de noventa e dois mil euros. Informou também que a construção do parque das merendas nas Benfarras está a decorrer, e que vai ser constituído por uma zona de relva, zona de gravilha e outra parte cimentada. Terá também um espaço com bancos e dois a três tipos de árvores. —————

PONTO III Período de intervenção e esclarecimentos ao público.

O cidadão Luís Martins fez uso da palavra referindo que o vidrão na subida do Azinhal, na primeira rotunda da Patã, tinha sido retirado o que trazia algum transtorno aos residentes. Respondendo à questão o Presidente da Junta esclareceu que os vidrões estão entregues à Algar e que neste momento o Executivo não tem qualquer informação acerca dessa alteração, mas que ainda assim irá averiguar. —————

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos. —————

Para constar, foi lavrada a presente ata que será aprovada e assinada nos termos legais. -

A MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente:

Henrique Eusébio:



1ª. Secretária:

Sílvia Gonçalves:



2ª. Secretária:

Dália Marques:


